

O Estado do Rio Grande do Sul ocupa uma posição estratégica nas relações entre o Brasil e os demais países do cone sul, pois tem fronteiras importantes com o Uruguai e a Argentina. No contexto de conexão repressiva estabelecida entre a ditadura civil-militar brasileira e as outras ditaduras de Segurança Nacional, instauradas nas décadas de 1960 e 1970, a aplicação da metodologia repressiva extrapolou fronteiras nacionais. Instaurou-se uma caçada ao “inimigo interno”, evidenciando a diretriz comum destes governos – o anticomunismo – e subordinando as fronteiras territoriais ao princípio das “fronteiras ideológicas”. Assim, as regiões fronteiriças do nosso Estado serviram de pontes pelas quais passaram não apenas a repressão, mas também o exílio e a resistência que emergiram nesses países. O objetivo desta pesquisa é analisar o papel dessas regiões em um contexto de coordenação repressiva entre o regime uruguaio e a ditadura brasileira. Pretende-se destacar a importância e a especificidade do nosso Estado neste contexto, buscando compreender em que consistiu a importância das regiões mencionadas, as quais, ainda que não tenham constituído foco de pesquisa, aparecem tangencialmente nas mais variadas fontes. Optou-se, assim, pela análise da documentação do Departamento de Ordem Política e Social, disponível no Arquivo Histórico do Rio Grande do Sul, bem como do acervo do Movimento de Justiça e Direitos Humanos, que teve um papel protagônico na proteção de milhares de pessoas, diante das arbitrariedades dos regimes autoritários instaurados no cone sul. Tendo em vista a dificuldade de se trabalhar com fontes fragmentadas, torna-se necessário complementar o conhecimento sobre o assunto recorrendo a tantas outras, como memórias, testemunhos e jornais da imprensa local. A pesquisa encontra-se em uma etapa exploratório-informativa, com levantamento de informações pertinentes à temática supracitada.